

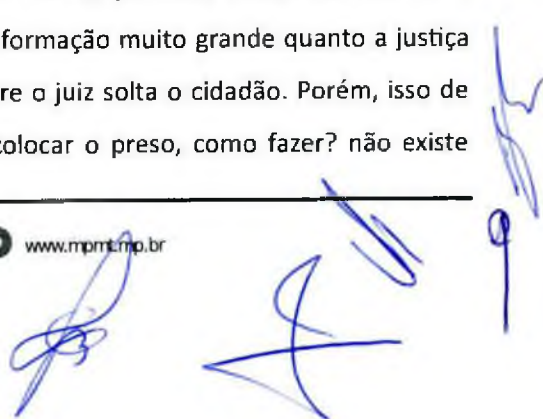
SIMP Nº 000093-046/2019

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, às 18h:30min (horário de Cuiabá), no Auditório da Câmara Municipal de Alto Taquari/MT, situada na Rua Altino Pereira de Souza, sem número, Centro, em audiência pública, reuniu-se o Dr. João Ribeiro da Mota, Promotor de Justiça titular da Promotoria de Alto Taquari/MT, o Presidente da Câmara Municipal de Alto Taquari, Leandro Alves de Almeida, o Juiz de Direito da Comarca de Alto Taquari, Excelentíssimo Dr. Fábio Alves Cardoso, a Presidente do Conselho de Segurança, Cristine Schimidt Bernini, o Segundo Tenente do Pelotão da Polícia Militar, Alessandro Tavares Araújo, o representante da Polícia Civil, Sr. Arquimedes Júnior Davi da Silva Campos, a representante do Conselho Tutelar, a conselheira Aline Nunes de Almeida, demais autoridades presentes e a população em geral do Município de Alto Taquari.

Dado início aos trabalhos, compuseram a mesa, as autoridades acima mencionadas. O Promotor de Justiça cumprimentou todos os presentes e na oportunidade, iniciou a discussão do tema proposto “Segurança Pública”, esclarecendo os aspectos gerais da segurança pública, principalmente nos reflexos contra toda forma de violência, seja ela urbana, rural, ou no ambiente escolar, além dos crimes e contravenções ocorridos no Município, atitudes e padrões adotados pelos órgãos públicos e pela população no combate desta violência.

Em seguida, foi passada a palavra ao Representante do Poder Legislativo, Leandro Almeida, após cumprimentar os presentes demonstrou positividade quanto ao tema, dizendo que a sociedade clama pela Segurança Pública e conta com o apoio das autoridades para melhorar tais aspectos. Ao final cumprimentou os demais vereadores presentes e justificou a ausência de alguns vereadores. Em seguida, foi dada a palavra ao Juiz de Direito da Comarca de Alto Taquari, Dr. Fábio Alves Cardoso, que explicou a diferença entre o Promotor de Justiça e o Juiz, enfatizando que a função do Promotor é defender a sociedade e cabe ao Juiz julgar a favor da sociedade ou do cidadão. Elogiou a conduta do promotor Dr. João Ribeiro da Mota, que tem a iniciativa de diligenciar buscando a solução dos problemas da sociedade. Com relação ao tema, afirmou que o judiciário não tem a função de discutir a segurança pública. Na verdade atua repressivamente. Ao se falar de segurança pública é primordial evitar, prevenir, antes que ocorra o problema. Aproveitou a oportunidade e relatou que há uma desinformação muito grande quanto a justiça no Brasil. Muitos tem a visão de que a justiça é fraca e que sempre o juiz solta o cidadão. Porém, isso deve devido a falta de estrutura no país, pois se não há onde colocar o preso, como fazer? não existe



estrutura, são poucas as cadeias, poucos os servidores e agentes, as viaturas e os policiais. Não só pessoas reincidentes, traficantes, homicidas, contudo, todos deveriam ficar preso, inclusive o que praticou o pequeno crime de furto. Isso não se dá porque o Estado não tem estrutura para construir presídios, cadeias, e outros. No que concerne aos adolescentes infratores, informou a grande dificuldade no cumprimento das medidas socioeducativas, pois não há vagas nos estabelecimentos do Estado. Narrou que a iluminação pública contribuiria muito com a diminuição de crimes, além tratamento de agressores em caso de crimes relacionado a Lei Maria da Penha, onde encerrou sua fala.

Dada a palavra a Presidente do CONSEG, Cristine Bernini, que cumprimentou a todos e enfatizou a presença das mulheres no local. O maior objetivo do Conselho de Segurança é identificar os maiores problemas na segurança do município, além de projetos que visem o desenvolvimento dos jovens para se tornarem pessoas de bem. O CONSEG trabalha em parceria com o Ministério Público e a Prefeitura, de onde provém parte de seus recursos. Acrescentou que investiu na reforma do CISC e fizeram a aquisição de duas motocicletas, tudo como forma de devolver a sociedade os recursos advindos dos órgãos parceiros.

Na sequência, foi dada a palavra ao Tenente da Polícia Militar, Alessandro Tavares que após cumprimentar os presentes, relatou que seria ótimo se a sociedade participasse mais da segurança pública, inclusive buscando o apoio da Polícia. Visando solucionar os problemas, sempre busca a prevenção. Narrou a problemática das viaturas que estão sem manutenção, além do número reduzido de efetivos. Contudo, com a ajuda da prefeitura e do Conselho de Segurança estão conseguindo melhorar o policiamento. É importante a implantação de Cadeia Pública no Município. Em seguida, diferenciou o crime de roubo do crime de furto, que são os crimes que mais ocorrem na cidade, inclusive praticados por adolescentes infratores, na maioria das vezes reincidentes. Frisou a questão da perturbação do sossego e os casos de Maria da Penha.

Dada a palavra ao Senhor Arquimedes Júnior Davi Silva Campos, representante da Polícia Civil, que justificou a ausência do Delegado Dr. Fernando Fleury. Após informou o número de Boletins de ocorrência registrado no Município no ano de 2016, sendo o número de 1.023 (hum mil e vinte e três), 1.170 (hum mil e setecentos e setenta) no ano de 2017 e 1.179 no ano de 2018. Buscou o apoio da população na resolução dos crimes, pedindo que os cidadãos prestem informações. Enfatizou o número pequeno de efetivo e viaturas, além da falta de estrutura e da POLITEC. Está ocorrendo um estudo para fechar aproximadamente mais de quarenta delegacias no Estado, por falta de estrutura, e profissionais. Com o apoio do CONSEG, do MP, estão conseguindo manter o fluxo de atendimento mesmo com efetivo pequeno.

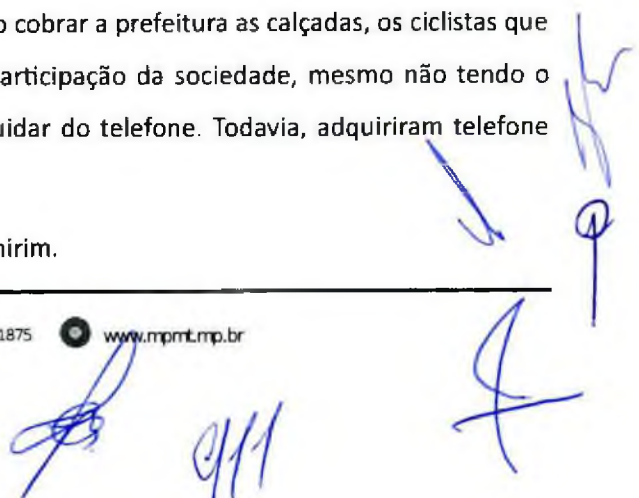
Dada a palavra a Conselheira Tutelar Aline Nunes de Almeida, ela agradeceu o convite e informou que o conselho trabalha em parceria com o Ministério Público e a Polícia Civil e Militar. Seu principal meio de atuação é através de denúncias da sociedade.

Na sequência, Promotor de Justiça entrou no mérito do tema da audiência, dizendo que em termos gerais cabe ao Estado garantir ao cidadão a comodidade e o bem-estar de ter garantida sua proteção física e de seus bens. Essa segurança é garantida, principalmente pelas polícias Militar e Civil, judiciária e investigativa, preventiva e ostensiva. Um dos reflexos mais visíveis da segurança pública é o aumento ou redução da violência, principalmente o homicídio. Os reflexos que a sociedade sofre em razão do aumento da violência é o aumento do número de crimes, como roubos, furtos, homicídios, inclusive nos comércios da cidade, causando estímulo e impunidade aos maus intencionados. Abordou os meios de detecção dos crimes, que são os flagrantes, os BOs, e os cidadãos. A segurança pública é dividida em diversos pontos e no município de Alto Taquari, foi dividida em violência no trânsito, doméstica e familiar, urbana, rural e escolar.

Quanto ao tópico, violência no trânsito, enfatizou o uso do cinto de segurança para evitar complicação nos acidentes. Além das infrações administrativas, haverá fiscalização e aplicação de multas para prevenção destas infrações. Na oportunidade, falou sobre o horário de funcionamento dos comércios noturnos e da venda de bebida alcoólicas nos postos de gasolina. Mencionou a necessidade de sinalização horizontal das ruas e avenidas, além do sistema de monitoramento remoto através de câmeras. Narrou a situação dos pedestres e ciclistas que andam na contramão da direção.

Posteriormente, foi novamente passada a palavra a presidente do CONSEG, Cristine Bernini, que informou ter feito ao Estado a requisição de implantação da Lei Seca, requisitando etilômetro, e outros, visando minimizar uma das maiores causa de acidentes de trânsito, que é a embriaguez ao volante. Outro ponto debatido e solicitado ao Prefeito, foi a pintura dos quebra-molas da cidade, pois são de pouca visibilidade e estão da cor do asfalto. Já receberam autorização e estão esperando finalizar o recapeamento do asfalto. Estão visando cada vez mais palestras nas escolas sobre segurança no trânsito. Frisou a questão dos pedestres, que andam nas ruas pela falta de calçadas. Buscaram informar e conscientizar os motoristas, que a velocidade máxima permitida na Avenida Macário Subtil de Oliveira é quarenta quilômetros por hora. Estão sempre tentando fazer ações de conscientização, como cobrar a prefeitura as calçadas, os ciclistas que não andem na calçada. Acrescentou que é importante a participação da sociedade, mesmo não tendo o 190, tendo em vista o pequeno número de efetivo para cuidar do telefone. Todavia, adquiriram telefone móvel para a viatura.

Na sequência, o Promotor enfatizou a formação da guarda mirim.





Dada a palavra ao Tenente Alessandro Tavares, ele iniciou informando que buscam divulgar as informações sobre o trânsito pelo *facebook*, sempre visando conscientizar o cidadão. Começaram a frisar a parte educativa, orientando o cidadão a manter a documentação do veículo em dia, não deixando carros nas calçadas, fiscalizando e reprimindo os munícipes com multa. Voltou a enfatizar a repressão atuante na perturbação do sossego, que na maioria das vezes, o cidadão está embriagado conduzindo o veículo com o som alto. Narrou o advento da legislação municipal de trânsito, onde agirão em parceria com a prefeitura. Estão realizando diversas palestras nas escolas e tentando atrair a população. Tem vontade de implantar a guarda mirim neste município.

Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Leandro Alves de Almeida ele iniciou falando sobre o projeto de lei que veda a venda de bebida alcoólica em postos de combustíveis. Que o poder executivo deveria elaborar normas quanto ao assunto e com relação ao horário de funcionamento dos comércios noturnos. O legislativo não tem a competência para executar e isso é função do executivo. Informou que todo projeto que chegar para votação voltado a melhorar a segurança, certamente serão aprovados. Com relação a sinalização do asfalto, informou que o vereador "Barriga" cobrou o executivo sobre tal fato. Ademais, relatou que o vereador "Nego" fez indicação de um projeto visando colocar limitadores de velocidade nas ruas de Alto Taquari.

Neste momento, foi aberta a oportunidade para a população se manifestar.

Pela ordem, se manifestaram os munícipes, Rosa Maria, engenheira do Município de Alto Taquari, relatando que estão contratando um profissional para realizar o projeto de sinalização viária, visto que finalizaram o recapeamento do asfalto. Na sequência a cidadã Magdelma informou que tem filhos estudantes e sente falta de cartilhas orientativas, sobre violência doméstica, violência sexual, meio ambiente e demais. Em seguida, Darli oficial de Justiça, enfatizou que realmente as Polícias Civil e Militar estão defasadas, com falta de efetivo e servidores. Reclamou da falta de segurança, narrando os casos de homicídios sem solução na cidade.

Logo após, o Promotor de Justiça inciou os debates sobre o tópico Maria da Penha, visando a implantação de um sistema de funcionamento dos órgãos públicos, como palestras no ambiente escolar, motivação e conscientização das famílias nos ambientes que frequentam: igreja, escolas, CECOI e outros, além da implantação de curso obrigatório no CRAS para infratores da Lei Maria da Penha. Enfatizou a educação dos pais com filhos, a criação de princípios e religião. A criação de projeto de lei municipal relacionado a proibição do uso de *Narquilé* e tratamento aos dependentes químicos. Quanto aos menores infratores,





estes estão sendo encaminhados ao programa de fortalecimento de vínculos, porém deveriam ser implantados cursos de convivência familiar.

Na sequência, a presidente do CONSEG Cristine Bernini informou que haverá curso de defesa pessoal para mulheres, com inscrição gratuita.

Seguidamente, o Excelentíssimo Juiz de Direito, Dr. Fábio Alves Cardoso falou com relação ao crime de Maria da Penha, relatando que o curso de defesa pessoal não é suficiente para evitar o crime. Importante conscientizar as vítimas para tentarem evitar essa agressão, assim como educar o agressor para diminuir o grande número de crimes relacionado a violência doméstica. Frisou a epidemia de crimes sexuais contra crianças, na maioria das vezes praticados pelos próprios pais, avós tios e etc. Que legalmente uma das medidas adotadas pelo judiciário é a medida protetiva, que afasta o agressor da residência da vítima.

Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Leandro Alves de Almeida, relatou que estiveram no Senado Federal onde conheceram a Procuradoria das Mulheres, voltado ao emponderamento da mulher, e também apoio as vítimas de violência doméstica. Ao final afirmou que visam implantar a procuradoria da mulher municipal, neste município.

Aberta a oportunidade a população, se manifestou a professora Rosângela, enfatizando a ausência dos pais nas escolas e na educação dos filhos. Os menores estão abandonados, e necessitam de valores e conceito de responsabilidade vindo dos pais.

Dada a palavra ao Tenente Alessandro Tavares, achou importante mencionar que existem diversas mulheres que utilizam da Lei Maria da Penha para prejudicar seu marido. Houve ocasião em que mulheres embriagadas se autoagrediam para culparem o esposo. Então para haver evolução deste quesito, deve-se trabalhar tal questão.

Voltada a palavra ao Promotor de Justiça, ele passou a tratar do próximo tópico, violência Urbana onde fez questão de enfatizar a adoção do sistema de monitoramento remoto por câmeras, com base no CISC que deveriam acompanhar as filmagens, a redução de numerário à disposição nos caixas automáticos dos bancos e de estabelecimentos comerciais, visando evitar a prática dos furtos e roubos, além da colocação de anteparos dos caixas bancários. Conscientizar as pessoas a utilizarem mais o cartão bancário nos comércios, carregar menos dinheiro em espécie. Outro item apontado foi a participação da sociedade no combate ao crime, realizando denúncias anônimas, confeccionando vídeos e denunciando quem são os receptadores dos produtos de furto, assim como os furtadores. Frisou a renovação do convênio do CONSEG junto a Prefeitura, além do decibelímetro utilizado no combate da contravenção de perturbação do sossego.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Com relação a iluminação pública, informou que foi feita licitação pelo município para aquisição de lâmpadas de LED.

Dada a palavra, a Presidente do CONSEG, Cristine Bernini ela informou a criação de um projeto de implantação do monitoramento de câmeras. Na oportunidade, requisitou o direito da palavra ao cidadão Claudinei, que está elaborando o referido projeto. Ao se manifestar, Claudinei informou que o projeto enfrentará grandes dificuldades, como qualquer outro. Realizou o levantamento de preço na questão tecnológica. Frisou que a implantação do projeto aborda a prevenção da prática crimes, já que o monitoramento será vinte e quatro horas. Na oportunidade, apresentou uma síntese o objetivo e alguns aspectos do projeto. Voltada a palavra a senhora Cristine Bernini, ela expôs o projeto vizinhos solidários, que é formado através de grupo de *whatsapp*. A intenção seria cada vizinho ajudar a cuidar da casa do outro. Informou que visam comprar armas de choque.

Dada a palavra ao Promotor de Justiça, passou a falar sobre o item violência rural visando a implantação do monitoramento de vizinhança e armazenamento dos defensivos agrícolas, depósitos seguros e adoção de práticas preventivas.

Na sequência, o Tenente Alessandro Tavares informou que realizam visitas e orientação nas áreas rurais, visando instruir os moradores a dar apoio com relação a fuga de criminosos pelas estradas vicinais.

Voltada a palavra ao Promotor de Justiça, ele começou a debater o item violência na escola, relatando que a escola desenvolveu o projeto FICAI – Ficha de Aluno Infrequente, indisciplinado ou infrator. Em seguida, falou da necessidade da atuação dos órgão públicos, escola, conselho deliberativo de pais e mestres, CRAS/CREAS, serviço de fortalecimento de vínculos, Ministério Público e Poder Judiciário. Mencionou a criação do projeto do Aluno nota 10, cidadão nota 1000, política de integração de tudo o que cerca a criança, prêmios e mais. Frisou a implantação de atendimento lúdico, como biblioteca, artes marciais, dança, músicas, teatro e outras atividades que visam retirar as crianças das ruas. Alertou a população sobre a aplicação de multa àqueles pais ausentes na vida escolar dos alunos. Mencionou a proibição de aparelho de celular na sala de aula.

Dada a palavra a Presidente do CONSEG, Cristine Bernini, informando que o Projeto Meninos do Lago, uma casa voltada a trazer os jovens para a prática do Caiaque, além de apoio ao projeto guarda mirim, visando tirar jovens da ociosidade.

Dada a palavra ao Excelentíssimo Juiz de Direito, Fábio Alves Cardoso, este narrou que violência escolar está diretamente ligada a falta de participação dos pais na educação dos alunos. Quando são repreendidos,



dizem que já fizeram de tudo e que o adolescente não respeita. Assim se tornam cada vez mais omissos. Neste caso, a única solução realmente é a aplicação de multa.

Dada a palavra ao Presidente da Câmara, Leandro Alves de Almeida, opinou por levantar todos os trabalhos sociais existentes no município e trazer para dentro do ambiente escolar, visando melhorar a disciplina do aluno, principalmente do aluno esportista ou participante de alguns de destes projetos. Mencionou o projeto da escolinha do Juventus e o projeto semear.

Encerrando os trabalhos, o Promotor de Justiça, Dr. João Ribeiro da Mota, agradeceu a presença de todos presentes, além dos componentes da mesa, narrando que a Audiência Pública é só o começo para se conseguir a solução dessas questões existentes em Alto Taquari e que pretende realizar demais audiências relacionados a outros temas, voltados a educação, saúde e outros. Acredita que este momento de debate e sugestões levará ao encontro de uma solução. Colocou-se à disposição para mais esclarecimentos e sugestões dando, a seguir, por encerrada Audiência Pública às 22:00 h (horário de Cuiabá) da qual foi digitada por mim Assistente ministerial Michele Mendes de Lima.




Leandro Alves de Almeida

Presidente da Câmara Municipal de Alto Taquari




Dr. Fábio Alves Cardoso

Juiz de Direito



Alessandro Tavares Araújo

Tenente da Polícia Militar



João Ribeiro da Mota
Promotor de Justiça



Aline Nunes de Almeida

Conselheira Tutelar



Cristine Schimidt Bernini

Presidente do Conselho de Segurança



Arquimedes Júnior Davi Silva Campos

Representante da Polícia Civil